

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

RELATÓRIO E CONTAS 2020

**Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI) • Centro de Dia •
Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) • Saúde e Reabilitação**

Há séculos a servir pessoas!



Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

CONVOCATÓRIA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Vitor Manuel Henriques Silva, na qualidade de Representante da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera e para os efeitos do determinado no Artº 22º nº 2, alínea b) do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera e nos termos do artº 18 Dec Lei nº 10 – A/2020, de 13 de março, convoca a reunião da ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA, que terá em conta as diretrizes atuais (COVID- 19) da DGS, com a seguinte finalidade e ordem de trabalhos:

1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO E CONTAS DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DO ANO 2020.

A reunião terá lugar no dia **31 de março de 2021, pelas 17 Horas**, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera “ Lar de Idosos ”.

Nos termos do Artº 24º, nº 1, do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a Assembleia Geral Ordinária reunirá à hora marcada nesta convocatória, se estiver presente mais de metade dos Associados com direito a voto, ou trinta minutos depois, com qualquer número de presenças. (Devido à Pandemia atual, agradecemos confirmação de presença para o email: geral@scmcp.pt)

Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, 12 de março de 2021.

O Representante da Comissão Administrativa





Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

Listagem de Abreviaturas e Siglas

- AFT** - Ativos Fixos Tangíveis;
- BADF** - Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras;
- C.L.A.S.** - Conselho Local Ação Social (Rede Social);
- C.P.C.J** - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens do Concelho de Cast^a de Pera;
- C.M.S.** - Conselho Municipal de Segurança;
- CMVMC** - Custo das Mercadorias Vendida e Matérias Consumidos;
- EOEP** - Estado e Outras Entidades Públicas;
- EPI's** - Equipamento de Proteção Individual;
- ERPI'S** - Estruturas Residenciais para Idosos;
- FCT** - Fundo Compensação do Trabalho;
- IASB** - International Accounting Standards Board;
- IEFP** - Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P.;
- ISS** - Instituto da Segurança Social, I.P.;
- IVA** - Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- IRC** - Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas;
- IRS** - Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares;
- MAREES** - Medida de Apoio ao Reforço de Emergência de Equip. Sociais e de Saúde;
- MDF** - Modelos de Demonstrações Financeiras;
- NCRF - ESNL** - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo;
- NI** - Normas Interpretativas;
- OSFL** - Organizações sem fins lucrativos;
- PEES** - Programa de Estabilização Económica e Social;
- POISE** - Programa Operacional Inclusão Social e Emprego;
- POAPMC** - Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas;
- R.S.I.** - Rendimento Social de Inserção;
- SAD** - Serviço de Apoio Domiciliário;
- SMN** - Salário Mínimo Nacional;
- SNC** - Sistema de Normalização Contabilístico.

Handwritten notes and signatures:
A
fhs
P
t.
Fauj

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

EXERCÍCIO 2020

INTRODUÇÃO

Nos termos legais e estatutários e dando cumprimento ao estabelecido na alínea e) do nº 1 do artigo 27º do compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a Mesa Administrativa coloca à apreciação e votação dos Irmãos o Relatório de Atividades e Contas do Exercício 2020.

O presente documento sistematiza as diversas propostas definidas em Plano de Ação, assim como o seu índice de execução e os resultados financeiros atingidos. Pretende constituir-se como um documento de análise e avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano, reportando a atividade, desempenho e evolução da Instituição.

A atividade desenvolvida não podia deixar de estar associada à Pandemia Covid-19 e aos seus efeitos, foi um ano cheio de desafios e estímulos, em que a Misericórdia teve de reinventar as suas práticas, de forma a minimizar impactos emocionais, sociais e físicos. Sendo a nossa atividade direcionada para os grupos de maior risco, o impacto foi enorme, afetando utentes, colaboradores, familiares de utentes e procedimentos.

2020 foi um ano diferente e difícil. Viver 10 meses a rezear a doença e a entrada do vírus na Instituição, implicou a alteração de estratégias e objetivos primeiramente definidas. Mas apesar de todos os constrangimentos vivenciados, a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera não descurou a sua ação no apoio e acompanhamento dos seus utentes/clientes e de todos quantos nos procuraram.

Continuámos a pugnar por um serviço de qualidade, potenciador de bem-estar, numa ação assente em estratégias que proporcionassem condições para o aumento da qualidade de vida de todos os nossos clientes, ao nível das suas funções cognitivas, da promoção da saúde, da prevenção de incapacidades, da promoção do desenvolvimento afetivo, do seu envolvimento e participação social e na satisfação das suas necessidades básicas e apoio nas atividades da vida diária.

Assim, entendemos que apesar das circunstâncias e novos desafios que tivemos que enfrentar e ultrapassar, o papel da nossa Instituição saiu reforçado, pois conseguimos ao longo do ano manter em segurança os nossos idosos, apoiar a comunidade através de solicitações que nos foram feitas e colaborar com entidades e Instituições locais, com medidas de prevenção/desinfecção que adotamos internamente e que disponibilizámos graciosamente.

O presente relatório demonstra de forma sucinta, mas clara e transparente, a ação desta Instituição no ano de 2020, sendo demonstrativa a forma como o enfoque é o Ser Humano, o aumento da sua qualidade de vida e a boa gestão no aproveitamento de recursos e oportunidades.

[Handwritten signature and initials in blue ink]

Para tal, em muito contribuiu a determinação e o empenho de todos quantos constroem o dia-a-dia desta meritória Instituição.

ATIVIDADE

A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera desenvolve a sua Missão com a colaboração de 79 funcionários e 16 voluntários (órgãos sociais), que diariamente se empenham e cumprem com dedicação e profissionalismo as diferentes funções que lhes estão adstritas.

É princípio norteador e imperioso o desenvolvimento da sua atividade social e solidária disponibilizando diversas Respostas Sociais com a qualidade e na forma mais adequada à população que primordialmente serve, a população mais idosa.

Todo o trabalho é desenvolvido numa lógica de atuação integrada das suas múltiplas Respostas, de acordo com os Acordos de Cooperação estabelecidos com a Segurança Social e pugnando com ações e iniciativas que promovam o bem-estar e a qualidade de vida perante solicitações, interesses e necessidades sentidas e diagnosticadas.

Ainda que as Respostas Sociais desenvolvidas sejam três, duas Estruturas Residenciais para Idosos (ERPI'S), com acordos de cooperação para 18 e 45 clientes, um Centro de Dia com acordo atual para 11 utilizadores e um Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) para 30 pessoas, na nossa atividade dispomos de uma Cantina Social, decorrente do Programa de Emergência Social, para fornecimento de 14 refeições diárias, levamos a cabo o Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas, dispomos de uma Clínica de Fisioterapia e Reabilitação e procuramos responder às manifestações e apelos que a própria comunidade nos reporta.

Estrutura Residencial Para Idosos (ERPI)

A Resposta Social de ERPI constitui-se como um equipamento destinado a alojamento coletivo, para pessoas com idade superior a 65 anos ou em situação de risco e de perda de autonomia e/ou independência, que proporciona a promoção da qualidade de vida, a estabilização ou retardamento do processo de envelhecimento, a interação com a família e/ou comunidade, a promoção da autoestima e a satisfação das necessidades básicas do dia-a-dia, ao nível da higiene pessoal, alimentação, tratamento de roupa, cuidados de saúde (médicos, de enfermagem e fisioterapia), apoio psicossocial, cuidados do conforto dos espaços físicos e promoção de atividades lúdicas e de lazer.

A Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera dispõe de dois equipamentos distintos e com Acordos de Cooperação estabelecidos com a Segurança Social, um, ERPI de S. José, para 45 idosos e

outro, ERPI de S. Domingos, para 18 Idosos, tendo estado ambos, ao longo do ano de 2020, sempre com a capacidade totalmente preenchida, com supra numerários e com uma procura constante de vagas, existindo, no final do ano, uma longa lista de espera.

No final do ano em referência e na Estrutura Residencial Para Idosos de S. José a frequência era de 47 Idosos, 16 homens e 31 mulheres, situando-se a média de idades no escalão etário dos 85 aos 89 anos de idade. Na ERPI de S. Domingos a frequência era de 20 utentes, 4 do sexo masculino e 16 do sexo feminino.

Centro de dia

A Resposta Social Centro de Dia é destinada a pessoas idosas de ambos os sexos, proporcionando, em horário diurno, um conjunto diversificado de serviços e atividades de desenvolvimento pessoal tendentes ao bem-estar dos clientes e ao seu equilíbrio emocional e físico, e de apoio à respetiva família.

Neste sentido, o Centro de Dia procura possibilitar as condições necessárias ao acolhimento das pessoas idosas, através da prestação de cuidados individualizados, de acordo com as necessidades expressas pelas mesmas. Deste modo, integra um conjunto de serviços que visam satisfazer as necessidades básicas dos seus clientes, incluindo as refeições (pequeno-almoço, almoço, lanche e o jantar, este já consumido no domicílio), os cuidados de higiene pessoal, o tratamento de roupa, cuidados de enfermagem, supervisão/administração da medicação, fisioterapia, entre outras, contribuindo para a manutenção destas pessoas no seu meio sócio - familiar.

O Centro de Dia promove oportunidades de convívio e oferece um leque de atividades lúdico pedagógicas e culturais, de forma a favorecer as relações interpessoais, prevenindo o isolamento social e cooperando para uma maior e melhor qualidade de vida dos seus clientes.

Em 2020 e devido à pandemia COVID-19, a Resposta Social de Centro de Dia, foi suspensa no dia 17 de março, situação que impossibilitou a vinda diária dos Idosos. No entanto, e salvaguardando a necessidade de cuidados, procedeu-se à domicilição dos serviços, passando o fornecimento de refeições, os cuidados de higiene, o tratamento de roupa, a preparação da medicação e o apoio na higiene habitacional, a serem feitos no próprio domicílio dos utentes. Receosos da situação que se passava, tivemos 2 utentes que prescindiram do serviço, contando como suspensos, mas mantivemos os restantes integrados na Resposta.

No decorrer do ano concretizaram-se admissões em ERPI, de idosos que frequentavam o Centro de Dia, sendo o número de frequentadores, no final do ano, de 9 idosos, 3 do sexo masculino e 6 do sexo feminino. Deste total 1 idoso encontrava-se escalão etário dos 60/64 anos, 1 no escalão dos

70/74 anos, 1 dos 75/79 anos 2 no escalão dos 80 aos 84 anos, 2 dos 85 aos 89 e 2 dos 90 aos 94 anos.

Serviço de Apoio Domiciliário

A Resposta Social Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), consiste na prestação de cuidados e serviços a famílias e ou pessoas que se encontrem no seu domicílio, em situação de dependência física e ou psíquica e que não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e ou a realização das atividades instrumentais da vida diária, nem disponham de apoio familiar para o efeito. O grande objetivo é garantir a melhoria da qualidade de vida das pessoas, contribuindo para a conciliação familiar e profissional das famílias. Os cuidados são prestados no próprio domicílio dos utentes, evitando a institucionalização. Visa igualmente promover estratégias de promoção da autonomia e prestar os cuidados e serviços que se adequem às necessidades de cada idoso.

As equipas que fazem parte do Serviço de Apoio Domiciliário são compostas por um leque diversificado de pessoas, todas elas com funções distintas, algumas comuns com outras Respostas Sociais. As ajudantes familiares domiciliárias encontram-se a 100% afetas a este Serviço, mas o pessoal técnico, enfermagem, colaboradores administrativos, pessoal de cozinha, colaboradoras de lavandaria e pessoal auxiliar de serviços gerais, apoiam o Serviço, cumulativamente com funções noutras Respostas.

No final de dezembro de 2020, o Serviço de Apoio Domiciliário prestava cuidados a 24 clientes, sendo 12 do sexo feminino, 2 no escalão etário dos 70/74 anos, 1 no escalão 75/79, 3 no escalão dos 80 aos 84 anos, 2 dos 85 aos 89 e 3 dos 90 aos 94 anos e 1 dos 95/99 anos e a 12 clientes do sexo masculino, distribuídos da seguinte forma pelos diversos escalões etários: 1 dos 35/49 anos, 2 entre os 50 e os 59 anos, 1 entre os 60 e os 64, 3 no escalão dos 80 aos 84, 3 dos 85 aos 89 e 2 dos 90 aos 94.

Com o propósito de colaborar para uma melhoria da qualidade de vida dos seus clientes e famílias, a Santa Casa da Misericórdia apoia casos que se encontram em situação de dependência, decorrentes, principalmente, de problemas de saúde.

Mais, podemos identificar que, os problemas de saúde, as diminuições da capacidade de locomoção, a diminuída retaguarda familiar e ou de redes de vizinhança, a solidão e a idade avançada são os fatores que mais justificam a solicitação dos serviços prestados pelo Serviço de Apoio Domiciliário: cuidados de higiene e conforto pessoal; higiene habitacional; fornecimento de refeições, respeitando as dietas e restrições alimentares com prescrição médica; tratamento de roupa; aquisição de bens e géneros, nomeadamente medicação, acompanhamento ao exterior, cuidados de enfermagem e atividades de animação e socialização.

Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social

Continuámos a dispor de uma Cantina Social, já iniciada em 2012 e decorrente do Programa de Emergência Social, constituindo-se como uma medida de combate à pobreza e exclusão, suprimindo as necessidades alimentares de indivíduos, sinalizados como social e economicamente desfavorecidos, bem como sem capacidade ou condições para a confeção de alimentos, nos seus domicílios. Em 2020, os protocolos estabelecidos com a Segurança Social permitiram o fornecimento diário e gratuito das duas principais refeições.

Fruto das consequências financeiras, provocadas pela pandemia, e que levou ao agravamento das condições económicas das famílias, foi reforçado o número de refeições e consequentemente o número de beneficiários deste Programa. Assim, no início de 2020 o Protocolo de Colaboração era de 8 refeições diárias, no 2º trimestre passou para 12 e no último semestre para 14 refeições diárias.

Os beneficiários abrangidos foram todos do sexo masculino, em situação de famílias monoparentais.

Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas (PO APMC)

O Programa Operacional de Apoio às Pessoas Mais Carenciadas consiste num instrumento de combate à pobreza e à exclusão social em Portugal, através de uma intervenção de apoio alimentar e outros bens de consumo básico, assim como no desenvolvimento de medidas de acompanhamento que capacitem as pessoas mais carenciadas a vários níveis, promovendo assim a sua inclusão.

O Programa, em inicos de 2020 abrangia 41 pessoas/beneficiários do concelho de Castanheira de Pera, mas no decorrer do ano e fruto da constante avaliação das situações e dos critérios a adotar, bem como da carência económica das famílias em consequência da pandemia COVID-19, foi sendo alterado o número de beneficiários, por forma a abranger e colmatar novas situações de carência, sendo o número de abrangidos a 31 de dezembro, de 90 beneficiários. Mais, destes 41 começaram a beneficiar do Programa no ano em análise.

Este Programa decorre em estreita articulação com a Segurança Social, sendo a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, a entidade responsável pela sua concretização no nosso concelho.

Clinica de Fisioterapia e Reabilitação

Sendo Castanheira de Pera um concelho com grandes carências ao nível da saúde, principalmente em cuidados especializados, a Santa Casa continuou a desenvolver esses mesmos cuidados na sua Clínica de Fisioterapia e Reabilitação.

Como Instituição dinâmica, de cariz e apoio social, que somos, procuramos estar atentos à possibilidade de nos envolvermos nos mais diversos projetos, em parceria com outras entidades, numa ação concertada e ajustada e não feita de forma individualista e isolada.

Por outro lado, e embora tenhamos protocolos assinados com diversas entidades ou organismos, procuramos dar resposta a todas as solicitações ou situações que nos sejam sinalizadas, mesmo sem formalização de parcerias, desde que se enquadrem na nossa área de atuação.

Assistência Espiritual e Religiosa

O Serviço de Assistência Espiritual e Religiosa é um serviço que contribui para o conceito de saúde integral e, como tal, insere-se na estrutura orgânica da Misericórdia, conforme prevê o seu Compromisso, são realizados, sempre que possível, os seguintes atos: Missa, celebração da palavra e terço.

No entanto, a partir de março de 2020, os serviços religiosos foram suspensos e a celebração de Missas, pelo pároco da freguesia, deixaram de se realizar.

FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS NO PERÍODO/EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

COVID-19

O novo coronavírus SARS-CoV-2, responsável pela doença Covid-19, foi identificado pela primeira vez em janeiro de 2020. No dia 30 de janeiro a Organização Mundial de Saúde declara o surto de coronavírus como uma emergência de saúde pública de interesse internacional, classificando o vírus como uma pandemia. No dia 11 de março de 2020 e de forma a assegurar a contingência para a epidemia, bem como evitar a transmissibilidade da doença COVID-19, o Governo procede à implementação de diversas medidas, decretando a 19 de março estado de emergência nacional. O impacto na Instituição foi enorme pois, apesar de desde logo termos tentado gerir os efeitos imediatos dos desafios que o surto representava para os nossos clientes e trabalhadores, o público a quem prestamos apoio é o mais vulnerável, considerado o de maior risco.

O surgimento da Pandemia causou desde logo sentimentos de medo, insegurança e ansiedade nos colaboradores e utentes. No sentido de minimizar este impacto e por orientações superiores, foi elaborado o Plano de Contingência da Instituição, que ao longo dos tempos foi sendo atualizado, de acordo com os novos imperativos legais e normativos, que iam sendo divulgados. A informação disponível acerca do COVID-19, foi sendo constantemente partilhada, com utentes e funcionários, no sentido de todos perceberem do que se tratava e do que fazer para proteção de todos.

É neste cenário que, de acordo com as diversas medidas e restrições implementadas, relativamente ao ano 2020 e na área da terceira idade, assistimos a uma diminuição da frequência de utentes em SAD, que fruto do receio de algum malefício face à ida dos colaboradores às suas casas, suspenderam

o serviço. Outra das consequências foi a suspensão da Resposta Social Centro de Dia, sendo que alguns dos utentes desta Resposta passaram a receber cuidados domiciliados, tais como refeições em sua casa, tratamento de roupa, higiene pessoal e da casa e prescrição e preparação de medicação. Nas ERPI's, apesar de terem sido canceladas as visitas, tivemos como prioridade, mesmo que de forma diferente, manter os laços familiares dos utentes, nomeadamente através de videochamadas. Nestas Respostas Sociais a frequência média mensal de utentes também diminuiu, pois a entrada de novos idosos pressupõe 14 dias de isolamento, no entanto, como a rotatividade não foi elevada a diminuição considera-se pouco significativa.

Neste contexto e no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), fomos abrangidos por várias medidas implementadas pelo Estado.

Relativamente às comparticipações financeiras beneficiámos de três medidas, a medida excepcional relativa às comparticipações financeiras da segurança social, que permitiu que a Misericórdia, mesmo nas respostas sociais cuja frequência de utentes diminuiu, recebesse a totalidade das comparticipações financeiras protocoladas, paralelamente também foi estabelecido que, pelos utentes de Centro de Dia cujo serviço tenha sido domiciliado, receberíamos uma comparticipação majorada face ao valor estabelecido para SAD e, ainda com o objetivo de apoiar as Instituições a fazer face aos gastos extraordinários, foi estabelecido um reforço extraordinário da comparticipação financeira da segurança social para as ERPI's e SAD's.

Candidatámo-nos com sucesso ao Programa Adaptar Social +, também este inserido no PEES, que visou apoiar a adaptação das Respostas Sociais à nova realidade, promovendo a implementação de todas as medidas preventivas de contágio da COVID-19 face às recomendações das autoridades competentes. O montante do financiamento aprovado totalizou a quantia de 8.000 €.

No contexto das medidas fiscais, beneficiámos de isenção de IVA na aquisição de bens necessários para combater os efeitos do surto, essencialmente na compra de equipamento de proteção individual.

Com o objetivo de reforçar os recursos humanos nas diversas respostas sociais, fomos ainda abrangidos pela medida temporária e excepcional de apoio ao reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde (MAREES), assegurando assim a nossa capacidade de dar resposta durante o período pandémico.

Para fazer face à constante adaptação dos nossos equipamentos sociais e às crescentes incertezas, beneficiámos também de alguns apoios de entidades públicas locais (Município e União das Freguesias, 5.000 € e 6.000 € respetivamente) e privadas (BPI e SIC Esperança, 11.000 € e 750,14 € respetivamente).

Em relação ao pessoal surge uma reorganização dos serviços, métodos e equipamento de trabalho, destaca-se a alteração de horários, com os trabalhadores a formar equipas “espelho” para que não se encontrem todos ao mesmo tempo. Para as ajudantes de lar, de apoio domiciliário, de cozinha e trabalhadoras de serviços gerais passaram a existir jornadas de 12 horas/ 7 dias por semana, seguidos de uma semana completa de descanso.

Com o objetivo de identificar funcionários positivos e de controlar a propagação da infeção, os funcionários afetos à ERPI S. José passaram a ser alvo de testagens regulares, numa parceria da saúde Pública com o Instituto da segurança Social.

Na área da saúde, outra das consequências foi o encerramento da Clínica de Fisioterapia e Reabilitação por um período de um mês e a diminuição significativa da frequência de clientes que, mais uma vez fruto do receio, suspenderam os serviços. Relativamente a estes serviços foi-nos finalmente apresentada proposta de convenção para iniciar atividade junto do subsistema ADSE, assinámos convenção com efeitos a partir de 29-12-2020.

No que diz respeito ao fornecimento de refeições através da Cantina Social, verificou-se um aumento, fruto do agravamento da pobreza e exclusão social no concelho.

OUTROS FATORES RELEVANTES

No que concerne à atividade de formação para a inclusão criada através do projeto inserido na medida 3.05 do Programa Operacional para a Inclusão Social e Emprego, cuja conclusão ocorreu já em 2019, fomos notificados, em agosto de 2020, da decisão de aprovação do pedido de saldo final com redução do montante solicitado.

Relativamente ao *Projeto “Elos Com Futuro”*, projeto interinstitucional, das Santas Casas da Misericórdia de Castanheira de Pera, de Figueiró dos Vinhos e de Pedrogão Grande, aprovado no âmbito de uma candidatura ao Programa de Parcerias para o Impacto, não foi possível concretizar as ações previstas atendendo às restrições impostas pela pandemia COVID-19.

Continuámos também a ser reconhecidos pelo I.F.A.P., como entidade beneficiária de produtos a retirar, que nos permitiram receber, gratuitamente, géneros alimentares, nomeadamente produtos secos, frutas e legumes.

Decorreu no passado dia 29 de dezembro de 2020, a reunião de Assembleia Geral, para eleição dos Corpos Gerentes para o mandato social do quadriénio de 2021-2024.

Não tendo sido apresentada nenhuma lista candidata e dando cumprimento ao Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera foi remetida, ao Reverendíssimo Bispo da Diocese de Coimbra, a ata da reunião, para que fosse designada uma Comissão

Administrativa, por um período limitado de tempo, a fim de serem cumpridas as obrigações Institucionais correntes.

Foi assim designada, por um período máximo de 6 meses, uma Comissão Administrativa constituída pelos titulares da Mesa Administrativa cessante, com o mandato de garantir a gestão corrente e organizar o processo eleitoral.

FATORES DE RISCO

Conscientes do momento que o país tem vindo a atravessar, fruto da pandemia, provocada pela COVID-19, foi desde o primeiro momento, preocupação da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, que todos os cuidados preventivos, a salvaguarda da promoção da saúde e do combate à doença, se constituíssem como estratégias de ação e de prevenção.

Trabalhando a nossa Instituição com o público mais vulnerável e mais facilmente atingido e com consequências mais graves, a população idosa, todos os cuidados e a utilização de material de proteção individual, constituiu-se como um instrumento de trabalho diário e permanente.

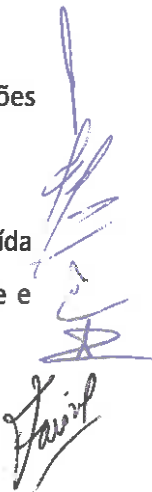
Fruto do medo dos contágios, da suspensão da Resposta Social de Centro de Dia, da necessidade de fazer isolamento, por 14 dias, às novas admissões em ERPI, verifica-se uma diminuição de utentes em algumas Respostas Sociais, nomeadamente no Centro de Dia e Serviço de Apoio Domiciliário.

A doença COVID-19 representa um vírus que não tem nacionalidade, idade ou género, por isso todos corremos o risco de contração deste novo coronavírus, só possível de ser minorado com comportamentos assertivos, sendo que a preservação da saúde tem sido uma preocupação que não pode de forma alguma ser descurada e só conseguida com o cumprimento de todas as orientações estabelecidas. Assim, no pressuposto da garantia da saúde de todos os envolvidos pela Instituição, o agravamento da despesa tem sido uma constante.

Apesar de se propagarem investimentos e incentivos no interior do país, as assimetrias agravaram-se, e este tende cada vez mais a ser esquecido, isolado e envelhecido.

O principal desafio é responder aos problemas das pessoas com qualidade e com dignidade, em todas as áreas. É responder aos problemas das pessoas e ao mesmo tempo assegurar a sustentabilidade da Misericórdia.

Os problemas sociais refletem-se nas famílias, na sua situação financeira e consequentemente nas mensalidades que lhe são atribuídas através de uma proporcionalidade estabelecida pela Segurança Social.



Tem-se assistido nos últimos anos a mudanças no paradigma da institucionalização, verificando-se que o recurso à resposta social ERPI se faz cada vez mais tarde, em idades mais avançadas, e/ou em estados de dependência cada vez mais elevados. A admissão de utentes cada vez mais dependentes e necessitados de cuidados cada vez mais exigentes, implica necessariamente um aumento dos recursos afetos e conseqüentemente um agravamento dos gastos. Ainda em relação às ERPI's tem-se verificado falta de capacidade dos estabelecimentos face à procura.

Os apoios públicos, neste caso as comparticipações financeiras da Segurança Social, continuam a ser as principais fontes de recursos financeiros da Instituição, sendo que as atualizações anuais estão longe de acompanhar o agravamento dos gastos.

Coloca-se assim a problemática da sustentabilidade, não só para continuar a garantir respostas sociais eficientes à população, mas também para poder remunerar justamente os recursos humanos, considerado o maior ativo da Misericórdia. Aliado ao fator remunerações está também o grau de literacia e motivação dos colaboradores e conseqüentemente a qualidade dos serviços prestados.

Assim, face ao cenário atual, continua a ser propósito da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, tentar minimizar os impactos negativos das referidas condicionantes, procurando criar condições para a melhoria do bem-estar de todos e a sustentabilidade da própria instituição.

Oportuno referir que, os resultados positivos apesar de animadores refletem, além da contenção de gastos, ganhos extraordinários e incertos no futuro, isto porque tiveram origem essencialmente em medidas de apoio no âmbito da Pandemia (subsídios e comparticipações do Estado).

INVESTIMENTOS

O ano 2020 reflete contenção e prevenção face à Pandemia atual, o investimento efetuado foi o estritamente necessário para o bom e normal funcionamento das respostas sociais.

O referido traduz-se nos seguintes valores:

- Equipamento básico – substituição de mobiliário no refeitório: 8.188,56 € (ERPI S. José e Centro de Dia);
- Equipamento básico – Máquinas de desinfeção e outros (nebulizadores e geradores de ozono): 4.306,41 € (financiamento de 2.575,99 € através do Programa Adaptar Social +);
- Equipamento administrativo – Material informático, administrativo e social (TV's): 3.924,36 € (afeto a todas as respostas sociais);
- Substituição de equipamento de cozinha – 212,36 € (afeto a todas as respostas sociais);
- Outro equipamento – 1.202,75 € (apetrechamento de propriedade de investimento).

SITUAÇÃO FINANCEIRA E RESULTADOS

O resultado apurado no exercício é positivo, no montante de 50.904,44 €.

As depreciações efetuadas atingiram o valor de 76.079,09 €.

Não existem dívidas em mora à segurança social nem às finanças.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício no montante de 50.904,44 € para a conta de Resultados Transitados.

RECURSOS HUMANOS

“Uma organização somente é viável quando não apenas atrai e aplica seus recursos humanos adequadamente, mas também quando os mantém motivados” (Chiavenato, 2009: 278)

A motivação dos colaboradores advém de fatores intrínsecos, como a missão da organização, a oportunidade de fazer o bem e a participação na tomada de decisões. Devido à necessidade de prestação de serviços, limitada pelas alterações de financiamento, os colaboradores são os parceiros mais importantes na concretização da estratégia das organizações.

A regulamentação específica de cada resposta social estabelece normas ao nível da composição do quadro de pessoal e da formação profissional dos colaboradores. Os quadros seguintes divulgam alguma informação acerca da evolução dos recursos humanos ao serviço da Instituição durante o ano 2020:

Recursos Humanos	Em 31/12/2019	Em 31/12/2020
Do Quadro	64	63
Contratados	0	3
Cont. Emp. Inserção/Estágios (IEFP)	8	8
Apoio Ref. Emerg. Equip. Soc. (IEFP)	0	5
Total	72	79
Voluntariado (Corpos Sociais)	17	16
Prestadores Serviços	4	3

Dados de dezembro de 2020		Nº	%
Habilitações	Inferior ao 1º ciclo do ensino básico	1	1%
	1º Ciclo do ensino básico (4º ano)	15	19%
	2º Ciclo do ensino básico ou equivalente (6º ano)	7	9%
	3º Ciclo do ensino básico ou equivalente (9º ano)	24	30%
	Ensino secundário ou equivalente (12º ano)	20	25%
	Bacharelato	0	0%
	Licenciatura	12	15%
		79	100%

[Handwritten signatures and initials]

Dados de dezembro 2020		Nº
Categorias Profissionais	Trab. Serv. Gerais	17
	Ajud. de Lar e Centro de Dia	21
	Ajudante Familiar Domiciliário	4
	Cozinheira	2
	Ajudante de Cozinha	4
	Empregado de Armazém	1
	Motorista	1
	Encarregado Serv. Gerais	1
	Técnico de contabilidade	1
	Técnico de apoio à gestão	1
	Assistente administrativo	1
	Animador sociocultural	2
	Diretora Técnica	1
	T. Super. Admin. (cont. certificado)	1
	Nutricionista	1
	Fisioterapeuta	3
	Enfermeiro	4
Contratos prog. financ. pelo IEFP		13
		79

As contratualizações efetuadas visaram a substituição de colaboradores em situação de ausência prolongada, colmatar a falha decorrente de saídas, responder aos desafios dos novos projetos sociais e reforçar resposta crítica face ao COVID 19.

Verifica-se que, apesar da atualização do salário mínimo nacional no início do ano e do aumento do número de funcionários, o acréscimo de valores nos gastos com pessoal é insignificante, isto deve-se essencialmente às inúmeras contratualizações de pessoal através de programas financiados pelo IEFP, ao elevadíssimo número de baixas durante o ano e ao facto das atualizações salariais se reportarem ao salário mínimo nacional.

De referir ainda que, na previsão de férias e subsídio de férias de 2020 a pagar em 2021, teve-se em conta as alterações salariais já ocorridas em 2021 (atualização SMN).

Relativamente a prestadores de serviços, mantemos um médico de clínica geral, um médico fisiatra e uma Revisora Oficial de Contas, sendo que a nutricionista passou a fazer parte do quadro de pessoal.

VIATURAS

O parque automóvel da nossa Instituição é composto pelas seguintes viaturas:

Veículos	Antiguidade	Kms	Afetação
Renault Kangoo 43-TD-16	3	9.010	ERPI'S
Mercedes Benz 208 D 65-49-IJ	20	219.538	Centro de Dia
Opel Combo Cargo 81-GS-73	12	133.369	S. Apoio Domiciliário
Opel Combo Cargo 81-GS-74	12	70.600	ERPI S. Domingos
Opel Combo Cargo 81-GS-75	12	35.137	Todas as Resp. Sociais
Renault Kangoo 31-OC-95	7	94.915	S. Apoio Domiciliário
Renault Master 31-OJ-59	7	78.145	ERPI'S e Centro de Dia
Renault 97-NM-69	7	23.016	ERPI'S
Renault Master 69-UT-91	1	670	Clínica de Fisiot. Reabil.

BALANÇO AMBIENTAL

Se, por um lado, se tem apostado na prevenção e redução de consumos, através de ações de sensibilização e de alteração de comportamentos junto dos funcionários, por outro, tem-se tentado assegurar que todos os resíduos produzidos na Instituição sejam devidamente separados e encaminhados para destinos finais autorizados.

Conscientes da capacidade e responsabilidade em promover o desenvolvimento pelo ambiente e a gestão sustentável dos recursos, tem-se procurado implementar progressivamente boas-práticas de gestão dos resíduos que produzimos.

Atualmente são encaminhados, por operadores legalmente autorizados, os resíduos: papel e cartão, plástico, vidro, tinteiros e toners, pilhas, óleos alimentares usados e resíduos hospitalares.

A instituição dispõe ainda de placas solares nos dois edifícios das ERPI's, o que tem vindo a permitir uma redução na exploração de recursos ambientais, diminuindo assim as emissões

poluentes. A prática da reciclagem de papel e o uso de folhas de rascunho como bloco de notas são outras medidas que a instituição promove, com vista a uma melhoria contínua do respetivo desempenho em termos ecológicos. As equipas de animadoras promovem o uso de materiais de desperdício nos trabalhos efetuados com os idosos (garrafas de plástico, rolos papel higiénico, tampinhas, pacotes de leite, cápsulas, CDs, caixas de papelão,...), facilitando uma enorme poupança à instituição na aquisição de materiais pedagógicos.



PARCERIAS

Ninguém, nem nenhum serviço ou entidade sobrevive sozinho. A partilha, o trabalho conjunto e a comunicação constante são ferramentas essenciais ao desenvolvimento e ao sucesso. Uma Instituição que não comunique, que não divulgue as suas ações, que não se relacione com o seu público e entidades congéneres está dotada ao fracasso e não conseguirá, por si só, desenvolver e concretizar aquilo a que se propõe, nem se impor enquanto entidade credível. O trabalho em parceria com outras entidades é impulsionador na articulação do trabalho dos profissionais e na maximização do uso dos recursos, fator fundamental para a obtenção de melhores resultados e maior satisfação do público a abranger.

Neste pressuposto a Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera procura, sempre, estabelecer parcerias com outras entidades ou serviços para realizar um trabalho articulado, devidamente integrado no meio e com o menor dispêndio de recursos possível, respondendo às necessidades sentidas.

Assim, em 2020, a Santa Casa viu estabelecidas parcerias com as seguintes entidades e organismos:

Instituto da Segurança Social, I.P. - Centro Distrital de Leiria;

Município de Castanheira de Pera;

Instituto de Emprego e Formação Profissional, IP;

Serviço Nacional de Saúde;

Centro de Saúde de Castanheira de Pera;

União de Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral;

Serviço de Proteção Cível;

C.L.A.S. - Conselho Local Ação Social (Rede Social);

C.P.C.J – Comissão Proteção Crianças e Jovens do Concelho de Cast^a de Pera;

R.S.I. – Rendimento Social de Inserção;
C.M.S. – Conselho Municipal de Segurança;
Centro Paroquial de Solidariedade Social de Castanheira de Pera;
CERCICAPER;
Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Castanheira de Pera;
Intervenção Precoce;
Escola Tecnológica e Profissional de Sicó;
Gesáude;
Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos;
Profiforma;
Escola Tecnológica e Profissional da Zona do Pinhal;
Turisforma, Formação e Consultadoria.



PERSPECTIVAS

Pretendemos ser um modelo de excelência, sustentado na inovação, contribuindo para o desenvolvimento económico-social da comunidade, perspetivando continuar a realizar um trabalho de qualidade, assente na determinação e perseverança, sempre com o objetivo da valorização do idoso e dos mais necessitados.

Continuaremos a procurar melhorar as condições físicas dos nossos equipamentos, bem como a qualidade das condições de trabalho dos nossos profissionais, que, diretamente se refletirão na melhoria dos serviços prestados aos nossos clientes e no bom ambiente profissional e institucional.

A criação de um Centro de Noite continuará a ser uma das nossas grandes ambições. Já dispomos do projeto de arquitetura e temos a esperança que se torne realidade a sua construção e que possamos colocar à disposição da população castanheirense mais uma Resposta Social, que permitirá manter os idosos no seu domicílio durante o dia e à noite, período de maior receio e solidão, terem um espaço de abrigo, acompanhamento, transporte e fornecimento de refeições, jantar e pequeno-almoço.

Cabe-nos ainda destacar o enorme desafio que enfrentámos e enfrentamos, pois a nossa atividade é direcionada para os grupos de maior risco e não tencionamos descurar a nossa missão.

ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DE BALANÇO EM 31/12/2020

Cabe-nos destacar o surto de COVID-19 que tivemos na ERPI de S. José e que atingiu a totalidade dos utentes. Já em 2021, no início do mês de fevereiro fomos atingidos pelo vírus, o que nos obrigou a reorganizar o serviço interno e adotar medidas excecionais, nomeadamente uso diário de equipamento de proteção total, utilização de utensílios descartáveis e não reutilizáveis na administração da alimentação, medidas de desinfeção profundas e constantes e reforço dos cuidados clínicos e administração medicamentosa e de diferentes tipos de tratamento respiratório. Foi um enorme desafio que enfrentámos, mas que combatemos nunca descurando a nossa ação pois, temos a consciência que a nossa atividade é direcionada para os grupos de maior risco e não tencionamos negligenciar a nossa Missão.

Neste contexto, de acordo com as diversas medidas implementadas e face à elevada incerteza ainda existente é difícil quantificar com exatidão os efeitos da pandemia. Estimamos, contudo, que durante o 1º e 2º trimestre haverá um agravamento significativo dos gastos, fruto do investimento em equipamento de proteção individual e de todo o apoio disponibilizado pela misericórdia aos seus clientes e funcionários.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

CONCLUSÃO e AGRADECIMENTOS

O presente relatório de atividades do exercício dá cumprimento às disposições legais e estatutárias, relatando os principais acontecimentos ocorridos no exercício de 2020, de acordo com o Plano de Atividades que foi traçado para o ano em questão. Em virtude do Plano se tratar de um documento aberto e dinâmico, sofreu alterações, com o objetivo de melhor e aproveitar oportunidades surgidas, sempre no pressuposto de serem atingidos os objetivos que estão subjacentes à Missão da Santa Casa.

Como é possível constatar e de forma muito sucinta, a Instituição pautou a sua ação pela continuidade das Respostas Sociais, pela procura de oportunidades de forma a fazer face a novas problemáticas, pela melhoria da qualidade dos serviços prestados e pela formação contínua dos seus colaboradores.

A Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, reconhece e agradece a todos os que colaboraram, direta ou indiretamente, na construção e desenvolvimento das diversas atividades, pois só com o empenho e motivação de todos é possível concretizar o planeado e engrandecer, cada vez mais, a nossa Instituição.

Reconhecemos que o ano 2020 foi controverso e complicado para todos, para com dedicação, zelo e empenho conseguimos ultrapassar as vicissitudes com que nos deparámos.

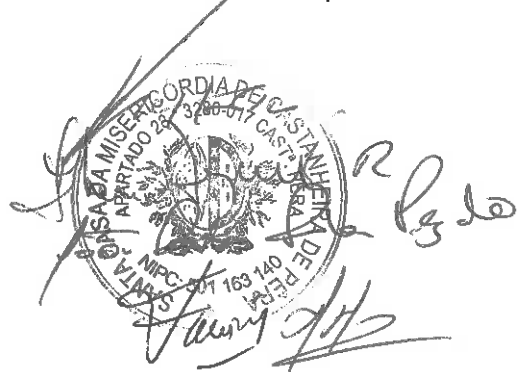
Aos funcionários/colaboradores, o nosso agradecimento pelo trabalho realizado, pela dedicação, pelo esforço, empenho e disponibilidade, sendo de realçar que é deles que depende em grande parte, o sucesso da Instituição e o bem-estar dos nossos Idosos. Temos consciência que, em muitos momentos o trabalho dos colaboradores, em prol dos nossos clientes, foi colocado à frente das suas vidas pessoais e familiares, situação que não poderemos deixar de referir e enaltecer.

Aos nossos clientes/utentes e suas famílias o nosso obrigado pelos contributos e apoio e por fazerem parte da “grande família Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera”. Temos consciência que foi um ano difícil. A imposição e necessidade de suspensão de visitas, obrigou ao afastamento dos Idosos e das suas famílias. A todos o nosso agradecimento pela compreensão para com todas as restrições implementadas e pela impossibilidade do contacto direto com os seus idosos/familiares. Nada foi feito sem pensar primeiro nos Idosos e na salvaguarda da sua saúde e bem-estar.

Obrigado a todos e o nosso bem-haja!

Castanheira de Pera, 4 de março de 2021

A Comissão Administrativa,

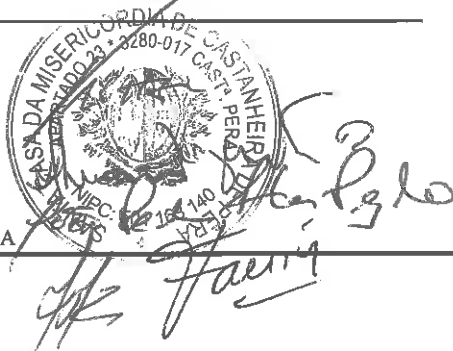


The image shows a circular official stamp of the Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera. The stamp contains the text: "SANTA CASA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA", "APARTADO 2º", "3200-017 CAST.", "NIPC-007 163 140", and "DE PERA". There are several handwritten signatures and dates over the stamp, including "2020" and "13/03/2021".

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2020	31 DEZ 2019
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	1 940 728,28	1 998 972,93
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1, 12.13	46 599,67	44 918,85
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes	3.2.1, 4	0,00	0,00
Propriedades de investimento	3.2.1, 4	0,00	0,00
		1 987 327,95	2 043 891,78
Activo corrente			
Inventários	7	12 637,09	8 906,93
Créditos a receber	12.2	35 661,47	36 189,42
Estado e outros entes públicos	12.8	1 205,11	1 420,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos	12.4	6 952,74	5 214,70
Outros ativos correntes	12.3	100 005,60	111 404,42
Caixa e depósitos bancários	12.5	59 637,53	24 988,86
		216 099,54	188 124,97
Total do ativo		2 203 427,49	2 232 016,75
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12.6	650 077,38	650 077,38
Excedentes técnicos	12.6	0,00	0,00
Reservas	12.6	0,00	0,00
Resultados transitados	12.6	360 609,60	358 650,14
Excedentes de revalorização	12.6	650 509,50	669 929,50
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	12.6	165 464,72	186 284,70
		1 826 661,20	1 864 941,72
Resultado líquido do período		50 904,44	-17 460,54
Total dos fundos patrimoniais		1 877 565,64	1 847 481,18
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	75 936,74	95 605,48
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		75 936,74	95 605,48
Passivo corrente			
Fornecedores	12.7	6 101,83	46 819,23
Estado e outros entes públicos	12.8	31 639,55	30 332,91
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	6	19 644,82	25 855,45
Diferimentos	12.4	60 417,59	61 956,97
Outros passivos correntes	12.9	132 121,32	123 965,53
		249 925,11	288 930,09
Total do passivo		325 861,85	384 535,57
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2 203 427,49	2 232 016,75

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado



Amélia (CCU=83677)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

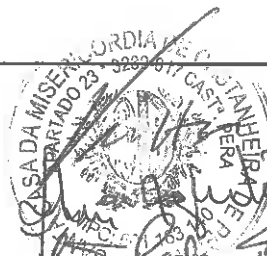
Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	638.298,03	648.911,79
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	587.605,93	587.962,38
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.12	46.452,45	47.938,50
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	185.014,56	185.771,11
Fornecimentos e serviços externos	12.11	152.586,80	218.281,27
Gastos com o pessoal	10	837.444,20	832.356,64
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	44,15	-168,10
Outros rendimentos	12.14	51.134,88	40.121,18
Outros gastos	12.15	19.425,22	27.267,96
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		128.976,36	61.424,97
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	76.079,09	77.363,81
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		52.897,27	-15.938,84
Juros e rendimentos similares obtidos	12.16	297,20	419,20
Juros e gastos similares suportados	6, 12.16	2.290,03	1.940,90
Resultados antes de impostos		50.904,44	-17.460,54
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		50.904,44	-17.460,54

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado


 João Luís de Sousa
 João Luís de Sousa

 (CCU-83671)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900401 - ERPI S. José

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	314.647,97	301.675,45
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	302.742,96	256.974,70
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.12	20.671,73	21.546,13
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	94.438,66	92.054,90
Fornecimentos e serviços externos	12.11	79.031,05	87.153,61
Gastos com o pessoal	10	380.035,59	364.804,28
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	44,15	-168,10
Outros rendimentos	12.14	30.474,01	23.126,79
Outros gastos	12.15	9.668,27	1.274,35
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		105.318,95	58.204,03
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	41.683,87	43.167,67
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		63.635,08	15.036,36
Juros e rendimentos similares obtidos	12.16	297,20	419,20
Juros e gastos similares suportados	6, 12.16	731,84	657,87
Resultados antes de impostos		63.200,44	14.797,69
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		63.200,44	14.797,69

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado

Stamp: SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 Handwritten signature: *[Signature]*

Handwritten signature: *[Signature]* (CC n.º 83671)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501163140

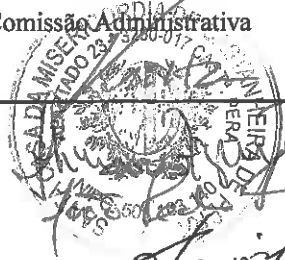
Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900402 - Centro de Dia

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	31.002,35	37.197,32
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	41.578,07	17.369,28
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.12	1.559,49	2.088,08
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	9.616,63	12.553,59
Fornecimentos e serviços externos	12.11	4.941,64	8.468,38
Gastos com o pessoal	10	46.052,60	43.567,30
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.14	9,86	110,87
Outros gastos	12.15	68,96	81,10
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		13.469,94	-7.904,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	151,61
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		13.469,94	-8.056,43
Juros e rendimentos similares obtidos	12.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.16	62,87	21,08
Resultados antes de impostos		13.407,07	-8.077,51
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		13.407,07	-8.077,51

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado



Amélia (CCNⁿ 83671)

Facim

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900403 - Serv. Apoio Domiciliário

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	86.286,14	96.143,64
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	111.909,60	101.716,79
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.12	7.490,24	7.530,89
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	34.514,75	36.440,18
Fornecimentos e serviços externos	12.11	17.104,39	20.988,74
Gastos com o pessoal	10	125.297,42	126.489,95
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.14	2.091,34	1.890,26
Outros gastos	12.15	2.163,60	520,11
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		28.697,16	22.842,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	4.123,29	4.123,31
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		24.573,87	18.719,29
Juros e rendimentos similares obtidos	12.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.16	314,29	105,35
Resultados antes de impostos		24.259,58	18.613,94
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		24.259,58	18.613,94

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900405 - ERPI S.Domingos

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	193.233,77	193.204,28
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	122.121,26	118.877,19
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.12	15.346,08	15.110,79
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	39.362,34	37.807,93
Fornecimentos e serviços externos	12.11	38.606,38	39.480,29
Gastos com o pessoal	10	258.100,32	258.484,84
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.14	4.551,60	2.886,82
Outros gastos	12.15	358,12	1.015,65
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-1.174,45	-6.709,63
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	15.774,74	15.424,06
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-16.949,19	-22.133,69
Juros e rendimentos similares obtidos	12.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.16	1.181,03	1.156,60
Resultados antes de impostos		-18.130,22	-23.290,29
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-18.130,22	-23.290,29

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900407 - Centro de Fisioterapia e Reabilitação

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	13.127,80	20.691,10
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	136,62	2.818,36
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.12	1.369,58	1.397,69
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	549,69	789,29
Fornecimentos e serviços externos	12.11	11.726,73	11.446,65
Gastos com o pessoal	10	27.350,81	26.924,45
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.14	11.536,74	12.106,44
Outros gastos	12.15	1.165,60	1.581,80
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-14.622,09	-3.728,60
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	14.497,19	14.497,16
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-29.119,28	-18.225,76
Juros e rendimentos similares obtidos	12.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.16	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-29.119,28	-18.225,76
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-29.119,28	-18.225,76

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 900406 - PEA_Cantinas Sociais

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	9.117,42	7.235,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.12	15,33	158,42
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	6.532,49	6.125,22
Fornecimentos e serviços externos	12.11	1.176,61	1.090,72
Gastos com o pessoal	10	607,46	1.562,05
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.14	0,00	0,00
Outros gastos	12.15	0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		816,19	-1.384,57
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		816,19	-1.384,57
Juros e rendimentos similares obtidos	12.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.16	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		816,19	-1.384,57
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		816,19	-1.384,57

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9004049 - Proj.Interm."Elos c/Futuro"-POISE-Med.3.33

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	0,00	0,00
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.12	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12.11	0,00	0,00
Gastos com o pessoal	10	0,00	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.14	0,00	0,00
Outros gastos	12.15	0,00	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		0,00	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos	12.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.16	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		0,00	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		0,00	0,00

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado

Handwritten signature of the Certified Accountant (CC n.º 83679)

SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Contribuinte: 501163140

Moeda: EUROS

VALÊNCIA: 9004048 - Cap.Inclusão-POISE-03-4230FSE-000247

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2020	2019
Vendas e serviços prestados	8	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração	9, 12.10	0,00	82.971,06
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade	10, 12.12	0,00	106,50
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços externos	12.11	0,00	49.652,88
Gastos com o pessoal	10	0,00	10.523,77
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	12.2	0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	12.13	0,00	0,00
Outros rendimentos	12.14	2.471,33	0,00
Outros gastos	12.15	6.000,67	22.794,95
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-3.529,34	105,96
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-3.529,34	105,96
Juros e rendimentos similares obtidos	12.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	6, 12.16	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-3.529,34	105,96
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		-3.529,34	105,96

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado

Handwritten signature and number (CCN=83677)

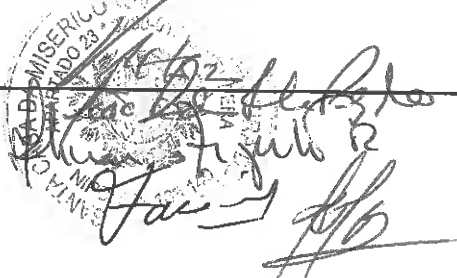
SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020


Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2020	2019
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		665 071,63	673 425,17
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		391 432,64	418 233,88
Pagamentos ao pessoal	10	742 701,27	731 818,77
Caixa gerada pelas operações	10	-469 062,28	-476 627,48
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-30 352,75	-31 363,00
Outros recebimentos/pagamentos		569 093,76	498 030,25
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		69 678,73	-9 960,23
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	19 109,50	1 323,93
Ativos intangíveis	5	0,00	0,00
Investimentos financeiros	12.1	42,16	45,61
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		920,87	1 246,79
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		297,20	419,20
Outros ativos		10 989,04	9 651,84
Subsídios ao investimento	12.6	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-6 944,55	9 948,29
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		50 000,00	67 540,51
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos	6	75 879,37	83 203,92
Juros e gastos similares	6	2 206,14	2 327,48
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-28 085,51	-17 990,89
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		34 648,67	-18 002,83
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		24 988,86	42 991,69
Caixa e seus equivalentes no fim do período		59 637,53	24 988,86

Comissão Administrativa

Contabilista Certificado





CG
 Centro de Controle de Investimentos Previdenciários
 de Entidades Sociais

MAPA DE CONTABILIZAÇÃO DO(S) SUBSIDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
 ANEXO 2020

ANO 2020 (1)

MSZ 20010169006
 NIPC 801163140

MISS
 MINISTÉRIO DO TRABALHO
 E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL

CÓDIGO	DESCR. SUBSIDIO	ANEXO	VALOR TOTAL	TAXA DE CONTRIBUIÇÃO	VALORES ANUAIS DAS AJUSTAMENTOS E DAS REDUÇÕES E DEDUÇÕES											VALOR TOTAL
					2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	
593	593151	2012	68 595,47		435,00	9 386,88	9 386,88	9 386,88	9 386,88	3 741,81						0,00
	593152	2012	14 648,87		9 386,88	3 741,81										0,00
	593152	2013					2 346,72	2 346,72	935,45							0,00
	593152	2014														
	593152	2015														
	593152	2016														
	593152	2017														
	593152	2018														
	593152	2019														
	593152	2020														
	593152	2021														
	593152	2022														
	593152	2023														
	593152	2024														
	593152	2025														
	593152	2026														
	593152	2027														
	593152	2028														
	593152	2029														
	593152	2030														
	593152	2031														
	593152	2032														
	593152	2033														
	593152	2034														
	593152	2035														
	593152	2036														
	593152	2037														
	593152	2038														
	593152	2039														
	593152	2040														
	593152	2041														
	593152	2042														
	593152	2043														
	593152	2044														
	593152	2045														
	593152	2046														
	593152	2047														
	593152	2048														
	593152	2049														
	593152	2050														
	593152	2051														
	593152	2052														
	593152	2053														
	593152	2054														
	593152	2055														
	593152	2056														
	593152	2057														
	593152	2058														
	593152	2059														
	593152	2060														
	593152	2061														
	593152	2062														
	593152	2063														
	593152	2064														
	593152	2065														
	593152	2066														
	593152	2067														
	593152	2068														
	593152	2069														
	593152	2070														
	593152	2071														
	593152	2072														
	593152	2073														
	593152	2074														
	593152	2075														
	593152	2076														
	593152	2077														
	593152	2078														
	593152	2079														
	593152	2080														
	593152	2081														
	593152	2082														
	593152	2083														
	593152	2084														
	593152	2085														
	593152	2086														
	593152	2087														
	593152	2088														
	593152	2089														
	593152	2090														
	593152	2091														
	593152	2092														
	593152	2093														
	593152	2094														
	593152	2095														
	593152	2096														
	593152	2097														
	593152	2098														
	593152	2099														
	593152	2100														



Handwritten signature and text: 'Autentico (CC 128367)'

Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS 2019

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais								Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transmigrados	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período				
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2019		650 077,38			412 774,23	669 349,50	205 131,16	(73 544,09)	1 893 788,18		1 893 788,18	
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	1											
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e Intangíveis			19 420,00			(19 420,00)						
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e Intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	2		(73 544,09)			(19 420,00)		(18 846,46)	73 544,09	(18 846,46)	(18 846,46)	
RESULTADO EXTENSIVO	3		(54 124,09)					(18 846,46)	73 544,09	(18 846,46)	(18 846,46)	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	4=2+3								(17 460,54)		(17 460,54)	
Fundos									56 083,55		(36 307,00)	
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
POSICÃO NO FIM DO APO 2019	5	650 077,38			358 650,14	669 929,50	186 284,70	(17 460,54)	1 847 481,18		1 847 481,18	
	6=1+2+3+4											

Castanheira de Pera, 4 de Março 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Augusto Marques
 (c.c.n.º 836071)

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO 2020

DESCRÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais						Unidade Monetária: Euros			
		Fundos	Excedentes Técnicos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos /Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses que não controlam	Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020	6	650 077,38	-	-	358 650,14	669 929,50	-186 284,70	(17 460,54)	1 847 481,18	-	1 847 481,18
ALTERAÇÕES NO PERÍODO	12.6										
Primeira adopção de novo referencial contabilístico											
Alterações de políticas contabilísticas											
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras											
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis					19 420,00	(19 420,00)					
Excedentes de realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis											
Ajustamentos por impostos diferidos											
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais											
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	7				(17 460,54)						
RESULTADO INTEGRAL	8				1 959,46	(19 420,00)					
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO	9=7+8										
Fundos											
Subsídios, doações e legados											
Distribuições											
Outras operações											
POSICÃO NO FIM DO ANO 2020	10	650 077,38	-	-	360 609,60	650 509,50	165 464,72	50 904,44	1 877 565,64	-	1 877 565,64
	6+7+8+9+10										

Castanheira de Pera, 4 de Março 2021

O CONTABILISTA CERTIFICADO

Amélia
(ccn= 83677)

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA





SANTA CASA DA MISERICORDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Anexo

31 de dezembro de 2020

Índice

1	Identificação da Entidade.....	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	4
3.1	Bases de Apresentação	5
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	7
3.3	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	10
4	Ativos Fixos Tangíveis.....	10
5	Ativos Intangíveis	11
6	Custos de Empréstimos Obtidos	11
7	Inventários	11
8	Rédito	12
9	Subsídios do Governo e apoios do Governo	13
10	Benefícios dos empregados	14
11	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	15
12	Outras Informações.....	15
12.1	Investimentos Financeiros	15
12.2	Créditos a Receber	16
12.3	Outros Ativos Correntes.....	16
12.4	Diferimentos	16
12.5	Caixa e Depósitos Bancários	17
12.6	Fundos Patrimoniais.....	17
12.7	Fornecedores	17
12.8	Estado e Outros Entes Públicos.....	18
12.9	Outros Passivos Correntes	18
12.10	Subsídios, doações e legados à exploração	18
12.11	Fornecimentos e serviços externos.....	19
12.12	Trabalhos para a própria empresa	19
12.13	Aumentos/Reduções de justo valor	19
12.14	Outros rendimentos	20
12.15	Outros gastos	20
12.16	Resultados Financeiros.....	21
12.17	Acontecimentos após data de Balanço	21
12.18	Outras Considerações	21

O presente Anexo, relativo ao período de 2020, procede à compilação das divulgações que a Instituição considera que devem ser relatadas, face ao exigido pelo normativo que lhe é aplicável, designadamente as NCRF-ESNL.

1 Identificação da Entidade

Designação da Entidade: SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE CASTANHEIRA DE PERA

Sede Social: Praça Visconde de Nova Granada, Castanheira de Pera.

NIPC: 501 163 140

Atividade Principal: Apoio social para pessoas idosas, com alojamento.

Endereço Eletrónico: geral@scmcp.pt

Natureza/Constituição: Instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Misericórdia e com estatutos publicados no Diário da República nº 260 de 11-11-1989, Série III. Efetuado registo de alteração de Estatutos, lavrado pelo averbamento nº 2 à inscrição nº 10/89, a fls. 79 e 126 verso do livro nº 2 das Irmandades da Misericórdia, considerando-se efetuado a 01/02/2016.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

Em 2020 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), aprovada pelo Decreto-Lei nº 158/2009 de 13 de julho (alterado e clarificado pelo Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho). O Anexo I refere que o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo assimila a transposição da Diretiva nº 2013/34/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013. Os instrumentos que o compõe são os seguintes:

- Bases para a apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria 220/2015 de 24 de julho que revogou a portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria 218/2015 de 23 de julho, que revogou a portaria n.º 106/2011 de 14 de março;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, que substituiu o nº 6726-B/2011, de 14 de março;
- Normas Interpretativas (NI).

O Sistema de Normalização Contabilístico (SNC) é um modelo assente mais em princípios do que em regras explícitas e que se pretende em sintonia com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas essas adotadas pela União Europeia.

A adoção da NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012, pelo que a data da transição do referencial contabilístico anterior (Plano de Contas das Instituições Particulares de Solidariedade Social) para este normativo é 1 de Janeiro de 2011, conforme o estabelecido no § 5 do já revogado aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março - Adoção pela primeira vez da NCRF-ESNL.

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Pressuposto da Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os

correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e Credores por Acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na sua natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras, podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente, em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condições necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Para alguns bens, nomeadamente o edifício sede - lar S. José, é utilizado o método do justo valor, através de relatórios de peritos avaliadores independentes, elaborados durante o ano 2012, para o efeito.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	5 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	5 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	8 a 50

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas "Outros Rendimentos" ou "Outros Gastos".

Propriedades de Investimento

As designadas propriedades de investimento (terrenos e edifícios) são reconhecidas, a partir de 1 de janeiro de 2016, como ativos fixos tangíveis (parágrafo 7.5 do Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho).

Incluem essencialmente edifícios e outras construções detidos para obter rendimento e/ou valorização do capital. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.

O critério utilizado é o custo de aquisição ou o valor doado (justo valor).

As despesas com manutenção, reparação, seguros, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que, previsionalmente venham a gerar benefícios económicos futuros, acrescem ao valor das Propriedades de Investimento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- Houver um mercado para este ativo, e
- Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros são registados pelo método do custo.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que

o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o FIFO (first in, first out).

Procedeu-se, durante o ano 2020, à regularização de inventários doados, estes foram valorizados ao preço de mercado (justo valor).

3.2.5 Subsídios

Subsídios monetários: quantia nominal;

Subsídios não monetários: justo valor do ativo não monetário (ou pela quantia nominal, quando o justo valor não possa ser determinado com fiabilidade).

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de ativos fixos tangíveis, estão incluídos no item de “Outras Variações Patrimoniais”. São transferidos para resultados numa base sistemática e à medida que decorrer o respetivo período de depreciação.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados no período, pelo que são reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.6 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Créditos a Receber e Outros Ativos Correntes

Os “Créditos a Receber” e as “Outros Ativos Correntes” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, retratando, desta forma, o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e o respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outros Passivos Correntes” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.7 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 Financiamentos Obtidos

Empréstimos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e Gastos Similares Suportados”.

3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) ...
- b) As Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) ...

3.3 Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Os edifícios e terrenos, objeto de avaliação de peritos avaliadores independentes, passaram a ser valorizados, desde a adoção do SNC, ao justo valor.

4 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.915,49					8.915,49
Ed. e outras construções	2.264.278,93					2.264.278,93
Equipamento básico	547.590,66	5.504,10				553.094,76
Equipamento de transporte	178.407,58					178.407,58
Equipamento administrativo	102.663,78					102.663,78
Outros Ativos fixos tangíveis	30.826,68					30.826,68
Total	3.132.683,12	0,00	0,00	0,00	0,00	3.138.187,22
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Ed. e outras construções	362.729,43	38.823,76				401.553,19
Equipamento básico	472.376,75	22.310,42				494.687,17
Equipamento de transporte	123.335,58	12.110,40				135.445,98
Equipamento administrativo	96.478,86	2.349,97				98.828,83
Outros Ativos fixos tangíveis	6.929,86	1.769,26				8.699,12
Total	1.061.850,48	77.363,81	0,00	0,00	0,00	1.139.214,29

Descrição	2020					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	8.915,49					8.915,49
Ed. e outras construções	2.264.278,93					2.264.278,93
Equipamento básico	553.094,76	12.707,33	487,90			565.314,19
Equipamento de transporte	178.407,58					178.407,58
Equipamento administrativo	102.663,78	3.924,36	1.438,78			105.149,36
Outros Ativos fixos tangíveis	30.826,68	1.202,75				32.029,43
Total	3.138.187,22	17.834,44	1.926,68	0,00	0,00	3.154.094,98
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Ed. e outras construções	401.553,19	38.823,76				440.376,95
Equipamento básico	494.687,17	20.785,37	487,90			514.984,64
Equipamento de transporte	135.445,98	12.110,40				147.556,38
Equipamento administrativo	98.828,83	2.389,92	1.438,78			99.779,97
Outros Ativos fixos tangíveis	8.699,12	1.969,64				10.668,76
Total	1.139.214,29	76.079,09	1.926,68	0,00	0,00	1.213.366,70

As aquisições de Ativos Fixos Tangíveis durante o ano 2020 refletem a situação pandémica, investiu-se na prevenção e no estritamente necessário para o bom e normal funcionamento das respostas sociais. O descrito traduz-se essencialmente na aquisição de algumas máquinas de desinfeção e purificação, na substituição do mobiliário do refeitório da ERPI S. José e na compra de algum material informático e administrativo.

5 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2019 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2019					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Descrição	2020					
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73
Depreciações acumuladas						
Prog. de Computador	9.556,73					9.556,73
Total	9.556,73	0,00	0,00	0,00	0,00	9.556,73

6 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2020			2019		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	17 800,00	75 936,74	93 736,74	22 700,00	93 760,68	116 460,68
Locações Financeiras	1 844,82	0,00	1 844,82	3 155,45	1 844,80	5 000,25
Total	19 644,82	75 936,74	95 581,56	25 855,45	95 605,48	121.460,93

A rubrica de empréstimos bancários inclui dois financiamentos, um crédito concedido em 2006 pelo prazo de 20 anos, com o propósito de financiar a obra "Lar S. Domingos", e um contrato de empréstimo efetuado, em 2019, sob a forma de crédito à atividade (conta corrente caucionada), este último foi

concedido pelo prazo de seis meses sendo automaticamente renovável por iguais e sucessivos períodos, salvo denúncia em contrário.

Por um período de 5 anos e com início em 2017, efetuou-se um contrato de locação financeira, cujo objeto de financiamento é um veículo de 2 lugares.

Um dos elementos essenciais na contratação de um empréstimo são as garantias oferecidas à entidade financeira. Em ambos os casos, as garantias prestadas aquando da realização dos referidos empréstimos e em consonância com informação do Banco de Portugal, são garantias reais, ou seja, o pagamento das dívidas é garantido através de bens imóveis (embora conserve a posse do bem, a Instituição só readquire a propriedade plena do bem após a quitação integral da dívida).

7 Inventários

Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2019			2020			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mat. Primas Subs. Cons.	10 426,88	179.164,27	5.086,89	8 906,93	195.639,21	-6.894,49	12 637,09
Total	10 426,88	0,00	0,00	8 906,93	195.639,21	-6.894,49	12 637,09
CMVMC				185 771,11			185 014,56

À semelhança de anos anteriores é realizada uma renegociação de preços com os fornecedores, procurando sempre conjugar o preço e a qualidade.

As regularizações sofrem uma diminuição consequência do acréscimo de bens devolvidos.

No contexto das medidas fiscais face ao COVID-19, beneficiámos de isenção de IVA na aquisição de bens necessários para combater os efeitos do surto, essencialmente na compra de equipamento de proteção individual.

Em ambos os anos procedeu-se ao pedido de restituição de 50% do IVA suportado com a aquisição de bens alimentares e bebidas.

8 Rédito

Para os períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2020	2019
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	636.303,03	646.821,79
Terceira Idade - Apoio às Pessoas Idosas	623.175,23	626.130,69
Saúde e Reabilitação	13.127,80	20.691,10
Quotas e jóias	1.995,00	2.090,00
Juros	111,20	111,20
Dividendos	186,00	308,00
Total	638.595,23	649.330,99

Verifica-se uma variação negativa nos valores de “Quotas de Utilizadores”, este fato deve-se essencialmente a fatores associados à Pandemia:

- Diminuição da frequência média de utentes em Centro de Dia e SAD;
- Diminuição de prestação de serviços de fisioterapia e fisioterapia.

Os dividendos recebidos dizem respeito à detenção de uma carteira de títulos depositada no banco Montepio.

9 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Governo		
Comparticipações Financeiras – ISS, IP	468.218,64	430.880,43
Sub. Eventuais – Sub. Funeral (ISS)	3.043,72	0,00
Sub. Eventuais – Adaptar Social + (ISS)	5.424,01	0,00
Outras Entidades - EOEP	89.957,94	136.646,51
IEFP	82.730,49	52.735,12
POAPMC	1.417,18	940,33
POISE Cap. Inclusão 3.05	0,00	82.971,06
Apoio Excepcional COVID-19	810,27	0,00
Município de Castanheira de Pera	5.000,00	0,00
Total	566.644,31	567.526,94

Relativamente à variação das participações financeiras da segurança social, beneficiámos de três medidas no âmbito do Programa de Estabilização Económica e Social (PEES), a medida excepcional que permitiu que a Misericórdia, mesmo nas respostas sociais cuja frequência de utentes diminuiu, recebesse a totalidade das participações financeiras protocoladas; a norma que estabeleceu que, pelos utentes de Centro de Dia cujo serviço tenha sido domiciliado, receberíamos uma participação majorada face ao valor estabelecido para SAD e, ainda com o objetivo de apoiar as Instituições a fazer face aos gastos extraordinários, a diretriz que estabelece um reforço extraordinário da participação financeira da segurança social para as ERPI's e SAD's. A acrescer aos já descritos, acresce o fato de já ter sido efetuado requerimento de adicionais à participação financeira do ISS para utentes com dependências de 2º grau.

No que diz respeito a outros subsídios do ISS, candidatámo-nos com sucesso ao Programa Adaptar Social +, também este inserido no PEES, que visou apoiar a adaptação das respostas sociais à nova realidade, promovendo a implementação de todas as medidas preventivas de contágio da COVID-19 face às recomendações das autoridades competentes, a rubrica “Sub. Eventuais – Adaptar Social +” reflete o montante apoiado em termos de EPI's (equipamentos de proteção individual).

Com o objetivo de reforçar os recursos humanos nas diversas respostas sociais, fomos abrangidos pela medida temporária e excecional do IEF, que visou apoiar o reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde (MAREES), assegurando assim a nossa capacidade de dar resposta durante o período pandémico.

Consequência da conclusão, em 2019, do projeto inserido na medida 3.05 financiada pelo POISE (Programa Operacional Inclusão Social e Emprego), a rubrica "Subsídios do Governo – O. Entidades – EOEP" apresenta uma variação negativa.

10 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2019 e 2020, foi de 17 e 16 respetivamente.

Os órgãos diretivos não usufruem de quaisquer remunerações.

O número de pessoas ao serviço da Entidade a 31/12/2019 foi de 72 e a 31/12/2020 foi de 79.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2020	2019
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	628.720,85	646.279,04
Encargos sobre as Remunerações	130.830,70	134.083,46
Seguros de Acidentes Trab. e Doenças Profis.	8.064,67	11.381,95
Outros Gastos com o Pessoal	2.455,14	2.208,67
O. Pessoal	67.372,84	38.403,52
Total	837.444,20	832.356,64

A variação ocorrida nos valores de "Remunerações ao Pessoal" é insignificante face:

- Aos aumentos que decorreram da aplicação da legislação em vigor e que abrangeram grande parte dos funcionários, neste caso a atualização do salário mínimo nacional;

- Aos valores apurados na previsão de férias e subsídio de férias relativos a 2020 a pagar em 2021, o cálculo efetuado teve em conta as atualizações salariais ocorridas já em 2021 (aumento do SMN);

Assim, consequência das inúmeras baixas durante o ano 2020, os gastos com o pessoal sofreram um aumento pouco significativo, contribuindo também para isso o critério de contratação de pessoal através do recurso ao IEF e a rotatividade de funcionários.

A rubrica "Outro Pessoal" inclui contratos de emprego inserção, estágios profissionais e contratos ao abrigo da medida de apoio extraordinária que apoia os equipamentos sociais (MAREES). A 31 de dezembro de 2020 beneficiávamos, através do IEF, de 2 contratos de emprego inserção, 6 estágios e 5 contratos ao abrigo do programa MAREES.

11 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas para 2020 e 2019 foram de 4.686,31€ e 4.428,00 €, respetivamente.

Os Corpos Gerentes da Instituição são: Assembleia Geral, Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal, constituídos por irmãos no pleno uso dos seus direitos. O mandato que abrange o ano 2020, de acordo com o novo Compromisso, teve a duração de quatro anos (2017-2020).

Os referidos membros não são remunerados.

Decorreu no passado dia 29 de dezembro de 2020, a reunião de Assembleia Geral, para eleição dos Corpos Gerentes para o mandato social do quadriénio de 2021-2024.

Não tendo sido apresentada nenhuma lista candidata e dando cumprimento ao Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera foi remetida, ao Reverendíssimo Bispo da Diocese de Coimbra, a ata da reunião, para que, a fim de serem cumpridas as obrigações Institucionais correntes, fosse designada uma Comissão Administrativa por um período limitado de tempo.

Foi assim designada, por um período máximo de 6 meses, uma Comissão Administrativa constituída pelos titulares da Mesa Administrativa cessante, com o mandato de garantir a gestão corrente e organizar o processo eleitoral.

12 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

12.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019, a Entidade detinha os seguintes "Investimentos Financeiros":

Descrição	2020	2019
Outros investimentos financeiros	46.559,67	44.918,85
Total	46.599,67	44.918,85

Os valores apresentados correspondem à soma dos saldos das contas de "Investimentos Financeiros" e de "Ativos Não Correntes Detidos para Venda". A variação registada deve-se a valorizações dos investimentos financeiros (títulos) e ao contributo mensal para o FCT (fundo compensação do trabalho).

12.2 Créditos a Receber

Para os períodos de 2020 e 2019 a rubrica "Créditos a Receber" encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Clientes e Utentes c/c		
Utentes	35 661,47	36 189,42
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes	8.183,73	8.183,73
Total	43.845,20	44.373,15

Nos períodos de 2020 e 2019 foram registadas as seguintes "Perdas por Imparidade":

Descrição	2020	2019
Utentes	-8 183,73	-8 183,73
Total	-8 183,73	-8 183,73

12.3 Outros Ativos Correntes

A rubrica "Outras Ativos Correntes" tinha, em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Outros Devedores e O. Financiadores	100.005,60	111.404,42
Total	100.005,60	111.404,42

Esta rubrica diz respeito a valores a receber de "Outros Financiadores - Estado e Outras Entidades Oficiais (ISS, IEFP, POISE e POAPMC)" e de "Outros Devedores", tal como uma indemnização a receber referente ao ano 2020.

12.4 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a rubrica "Diferimentos" englobava os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Gastos a Reconhecer		
Seguros Diversos	5.783,47	3.655,16
O. Gastos de Funcionamento	1.169,27	1.559,54
Total	6.952,74	5.214,70
Rendimentos a Reconhecer		
IEFP	24.188,43	24.472,04
POAPMC	1.623,60	2.879,37
POISE Prog. Parc. 3.33 – Elos c/Futuro	34.605,56	34.605,56
Total	60.417,59	61.956,97

12.5 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de "Caixa e Depósitos Bancários", a 31 de dezembro de 2020 e 2019, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2020	2019
Caixa	606,79	352,56
Depósitos à ordem	59.030,74	24.636,30
Total	59.637,53	24.988,86

12.6 Fundos Patrimoniais

Nos "Fundos Patrimoniais" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	650 077,38	0,00	0,00	650 077,38
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultados transitados	358 650,14	19.420,00	-17.460,54	360 609,60
Excedentes de revalorização	669 929,50	0,00	-19 420,00	650 509,50
Outras variações nos fundos patrimoniais	186 284,70	2.575,99	-23.395,97	165 464,72
Total	1 864 941,72	21.995,99	-60.276,51	1 826 661,20

As diminuições registadas dizem respeito à transferência do resultado líquido negativo de 2019 para "Resultados Transitados", ao tratamento dado aos subsídios de investimento, doações e excedentes de revalorização (nota 3.2.5).

A variação positiva ocorrida nos "Resultados Transitados" é consequência do tratamento a dar aos excedentes de revalorização (transferência para resultados transitados à medida que o ativo for sendo usado pela entidade).

O aumento nas "O. Variações nos Fundos Patrimoniais" diz respeito à contabilização de equipamento financiado pelo programa "Adaptar Social +" do ISS.

12.7 Fornecedores

O saldo da rubrica de "Fornecedores" é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Fornecedores c/c	6.101,83	46 819,23
Total	6.101,83	46 819,23

12.8 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Ativo		
Imposto s/o Valor Acrescentado (IVA) Restituição	1 205,11	1 420,64
Total	1 205,11	1 420,64
Passivo		
Imposto s/o Rendim. das Pessoas Singulares (IRS)	3.791,00	3.579,00
Segurança Social	27 677,35	26 620,65
Fundo Compensação Trabalho	171,20	133,26
Total	31.639,55	30.332,91

A rubrica de ativo corrente – "E.O.E.P. – IVA – Restituição" inclui:

- 50 % do IVA suportado nas aquisições de bens de alimentação e bebidas (em ambos os anos);
- 50 % do IVA suportado com a realização de obras e com a conservação e reparação de alguns equipamentos.
- IVA suportado, em ambos os anos, com a aquisição de AFT (ativos fixos tangíveis), até ao limite de 1.150,00 € (50% do limite legal).

12.9 Outros Passivos Correntes

A rubrica "Outros Passivos Correntes" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Pessoal	61,92	345,74
Remunerações a pagar	0,00	291,74
Sindicatos	61,92	54,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	430,50
Credores por acréscimo de gastos	128.252,27	121.566,70
Outros credores	3.807,13	1.622,59
Total	132.121,32	123.965,53

A rubrica "credores por acréscimo de gastos" regista a contrapartida dos rendimentos e dos gastos que devam ser reconhecidos no próprio período, cuja receita ou despesa só venha a ocorrer em períodos posteriores (remunerações a liquidar: férias e subsídio de férias, juros, gastos de eletricidade e comunicação, etc).

12.10 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2020 e 2019, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2020	2019
Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos	566 644,31	567 526,94
Subsídios de Outras Entidades	11 000,00	0,00
Doações e heranças	9 961,62	20 435,44
Total	587 605,93	587 962,38

Os "Subsídios do Estado e Outros Entes Públicos" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 9. O valor da rubrica "Subsídios de Outras Entidades" regista o apoio, concedido pela Fundação La Caixa e pelo Banco BPI, no âmbito da realização de uma candidatura com o objetivo de, em ano de pandemia, assegurar, melhorar e aumentar o número de cuidados prestados ao domicílio. A variação nas "doações" é fruto de uma diminuição de beneméritos individuais. Em ambos os anos esta rubrica inclui donativos da União das Freguesias de Castanheira de Pera e Coentral, 5.000 € e 6.000 € respetivamente.

12.11 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, foi a seguinte:

Descrição	2020	2019
Serviços especializados	57 622,65	112 540,74
Materiais	10 370,30	8 496,67
Energia e fluidos	62 831,37	80 217,75
Deslocações, estadas e transportes	985,01	1 838,44
Serviços diversos	14 644,82	12 092,88
Encargos com os utentes	6.132,65	3.094,79
Total	152.586,80	218.281,27

O valor de "serviços especializados" reflete, por um lado e com mais significado, o término em 2019, do projeto de Formação para a Inclusão (medida 3.05 do POISE), dado que as contratações de serviços no âmbito deste projeto eram incluídas nesta rubrica, por outro lado, espelha a diminuição de honorários, fruto da inclusão da nutricionista nos quadros de pessoal da Instituição.

Relativamente à rubrica "energia e fluidos" destaca-se, consequência da instalação nas infraestruturas da Instituição de um reservatório de gás e de uma gestão mais cuidada, uma diminuição relevante dos gastos associados ao consumo de gás e de combustíveis de aquecimento.

O aumento em "encargos com os utentes" deve-se sobretudo ao pagamento de despesas de funerais de alguns utentes que, na sua maioria, são reembolsadas através de subsídio de funeral.

12.12 Trabalhos para a própria entidade

Descrição	2020	2019
Subsídio de Alimentação em espécie – pessoal	46.452,45	47.938,50

Nesta conta foi reconhecido o valor do subsídio de alimentação em espécie pago aos funcionários.

12.13 Aumentos/Reduções de justo valor

Descrição	2020	2019
Perdas por redução de justo valor	1.075,85	173,17
Total	1.075,85	173,17
Ganhos por aumento de justo valor	1.120,00	341,27
Total	1.120,00	341,27

Os valores referidos espelham as valorizações dos títulos/ações depositadas no banco Montepio.

12.14 Outros rendimentos

A rubrica de "Outros rendimentos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Rendimentos Suplementares	47,00	1 842,20
Descontos de pronto pagamento obtidos	0,48	0,94
Rendimentos em investimentos não financeiros	13 659,60	9 651,84
Outros rendimentos	37 427,80	28 626,20
Total	51 134,88	40 121,18

Com o cancelamento, imposto pelo estado de emergência, de feiras, festas e do evento "natal na aldeia", foi impossível realizar as habituais campanhas de angariação de fundos e captação de recursos, determinando assim uma redução de valores nos "rendimentos suplementares".

Os "rendimentos em investimentos não financeiros" incluem rendas de alguns imóveis não afetos à atividade da Misericórdia e o valor de indemnizações referentes a dois sinistros.

Relativamente à rubrica "outros rendimentos" ocorre um acréscimo originado por algumas "correções a anos anteriores", neste caso efetuaram-se correções positivas no âmbito de participações financeiras do ISS (complemento adicional atribuído aos utentes que se encontram em situação de dependência de 2.º grau).

12.15 Outros gastos

A rubrica de "Outros gastos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2020	2019
Impostos	574,73	567,35
Incobráveis	9,90	361,33
Gastos nos restantes investimentos financeiros	42,16	45,61
Gastos em investimentos não financeiros	5 756,12	0,00
Outros Gastos	12 386,61	2.416,92
Gastos c/apoios financeiros concedidos	655,70	23.876,75
Total	19.425,22	27.267,96

Os valores registados nas rubricas de "Gastos em investimentos não financeiros", em 2020, são consequência da contabilização de prejuízos causados por dois sinistros.

Nos "Outros gastos", salienta-se o aumento de "correções a períodos anteriores", retificações negativas originadas pela alteração do projeto de decisão referente à medida 3.05 do POISE, o montante de saldo final aprovado sofreu uma redução por se ter verificado um volume de formação ministrada inferior ao candidato e aprovado. Procedeu-se ainda a algumas correções no âmbito de notificações de alteração de decisão acerca de processos do IEFP.

Os "Gastos c/ apoios financeiros concedidos" refletem a conclusão, em 2019, do projeto de Capacitação para a Inclusão da medida 3.05 do POISE, os encargos com os formandos no âmbito dos cursos integrados nesta atividade eram incluídos nesta rubrica.

12.16 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2020 e 2019 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2020	2019
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	642,70	666,69
Outros gastos e perdas de financiamento	1 647,33	1 274,21
Total	2 290,03	1 940,90
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	111,20	111,20
Dividendos obtidos	186,00	308,00
Total	297,20	419,20
Resultados Financeiros	-1 992,83	-1 521,70

Os juros e gastos similares suportados têm origem no empréstimo bancário e nas locações financeiras mencionados na nota n.º 6.

12.17 Acontecimentos após data de Balanço

Relevante destacar o surto de COVID-19 que tivemos na ERPI de S. José e que atingiu a totalidade dos utentes. Já em 2021, no início do mês de fevereiro fomos atingidos pelo vírus, o que nos obrigou a reorganizar o serviço interno e adotar medidas excepcionais, nomeadamente uso diário de equipamento de proteção total, utilização de utensílios descartáveis e não reutilizáveis na administração da alimentação, medidas de desinfeção profundas e constantes e reforço dos cuidados clínicos e administração medicamentosa e de diferentes tipos de tratamento respiratório. Foi um enorme desafio que enfrentámos, mas que combatemos nunca descurando a nossa ação pois, temos a consciência que a nossa atividade é direcionada para os grupos de maior risco e não tencionamos negligenciar a nossa Missão.

Neste contexto, de acordo com as diversas medidas implementadas e face à elevada incerteza ainda existente é difícil quantificar com exatidão os efeitos da pandemia. Estimamos, contudo, que durante o 1º e 2º trimestre haverá um agravamento significativo dos gastos, fruto do investimento em equipamento de proteção individual e de todo o apoio disponibilizado pela misericórdia aos seus clientes e funcionários.

Após o encerramento do período e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

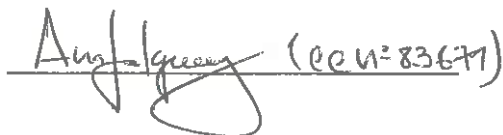
12.18 Outras Considerações

Proposta de Aplicação de Resultados

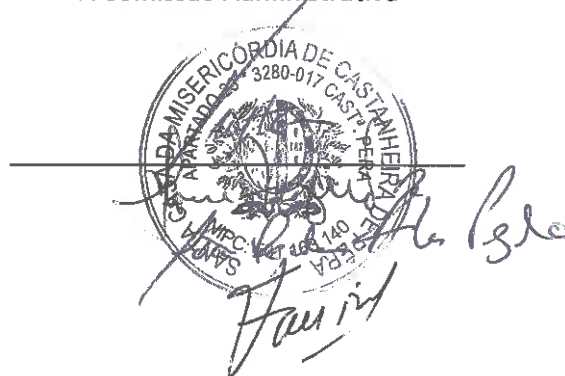
Propõe-se a transferência do resultado líquido do exercício no montante de 50.904,44 para a conta de Resultados Transitados.

Castanheira de Pera, 4 de março de 2021

O Contabilista Certificado

 (CC n.º 83677)

A Comissão Administrativa





Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera

PARECER DO CONSELHO FISCAL

---Aos onze dias do mês de março de dois mil e vinte e um, reuniu o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, para apreciar e dar o seu parecer sobre as contas do exercício de dois mil e vinte, elaboradas segundo o SNC-ESNL.-

---Porque este Conselho foi acompanhando, ao longo do ano, a vida da Instituição através de contatos pessoais com alguns elementos da Direção e Pessoal Técnico e depois de examinados todos os balancetes mensais de contabilidade e porque o processo final se apresenta dentro do que é exigido por Lei.-----

---Propomos à digníssima Assembleia que aprove o Balanço e as contas referentes ao exercício de dois mil e vinte, bem como a transferência dos Resultados para a conta Resultados Transitados.-----

---Finalmente o Conselho Fiscal deseja manifestar o seu agradecimento à Direção e a todos os colaboradores desta Instituição pelo apoio que de todos recebeu durante o exercício de 2020.-----

O Conselho Fiscal

Armindo Lopes dos Santos
Armindo Lopes dos Santos (Presidente)

Carla Inês Tavares Correia
Carla Inês Tavares Correia (Vogal)

Fernando Manuel Bebiano Henriques
Fernando Manuel Bebiano Henriques (Vogal)

Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera**, que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de balanço de 2.203.427 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.877.566 euros, incluindo um resultado líquido de 50.904 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por natureza e por reposta social, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera** em 31 de dezembro de 2020, e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

A Mesa Administrativa é responsável pela :

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- ⇒ identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material

devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pela Mesa Administrativa efetuadas de acordo com a Norma Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pela Mesa Administrativa, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada nos termos da Norma Contabilística e Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- comunicamos com a Mesa Administrativa, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.



RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Coimbra, 26 de março de 2021

José Oliveira & Sandra Simões, SROC, Lda- SROC nº 332

Representada pela D^ª Sandra Maria de Almeida Simões ROC nº 1249

Rua Brigadeiro Correia Cardoso, nº 193 -R7Ch -Dirº 3000-086 Coimbra

-Tel. 239 946 309 – Tm.919 404 940 - Email: sssb225-1249@sapo.pt

Capital Social 5.000,00 euros - Número de Contribuinte e de Registo na Conservatória do Registo Comercial de Coimbra 515 127 6663

Inscrição na SROC número 332 e na CMVM sob nº 20190010

ATA

Ata da Assembleia - Geral Ordinária da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, realizada no dia trinta um de março do ano dois mil e vinte um, às dezasseis horas, na sede da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, conforme comunicado feito pelo Representante da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, senhor Vítor Manuel Henriques da Silva e para efeitos da determinado, no Art.º 32.º n.º 2 alínea b), do Compromisso da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera (Estatutos), reunida a Assembleia - Geral Ordinária desta Misericórdia, com a seguinte ordem de trabalhos:

APRESENTAÇÃO E VOTAÇÃO DO RELATÓRIO, E CONTAS DE GERÊNCIA DO EXERCÍCIO DO ANO DE 2020.

Presidiu a esta Assembleia - Geral o sócio José Vítor António Rodrigues e secretariou-a também os sócios Maximiano José António da Silva e Fernando Manuel da Costa Fernandes.

Verificando-se a falta de "Quórum" esta Assembleia - Geral iniciou a ordem de trabalhos com os irmãos presentes, trinta minutos após a sua abertura, de acordo com o n.º 1 do artigo vigésimo quarto dos Compromissos da Irmandade da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera (Estatutos).

Iniciados os trabalhos, o senhor Presidente da Assembleia - Geral José Vítor António Rodrigues, cumprimentou os presentes e de seguida procedeu à análise e apreciação do Relatório e Contas de Gerência do ano dois mil e vinte. O senhor Presidente da Assembleia - Geral deu a palavra ao Representante da Comissão Administrativa senhor Vítor Manuel Henriques Silva, que referiu estar tudo bem explicito no Relatório e Contas de Gerência, salientou o resultado positivo de 50.904,44 €, dizendo ter havido um grande esforço de todos e considerou que a gestão do exercício foi levada a "Bom Porto", embora não tenha sido tarefa fácil. Questionou os sócios presentes

se pretendiam mais algum esclarecimento sobre as Contas de Gerência em discussão. Não havendo intervenções a fazer, foi deliberado por esta Assembleia-geral que o Resultado Líquido do Exercício seja transferido para a Conta "RESULTADOS TRANSFERIDOS".

O senhor Presidente da Assembleia-geral colocou à votação o Relatório de Contas de Gerência do exercício de um mês e vinte, que foi aprovado por unanimidade.

O Representante da Comissão Administrativa, senhor Vitor Manuel Henriques Silva, solicitou ao secretário da Mesa da Assembleia-geral, Maximiano José António da Silva a leitura de "TONADA DE POSSEÇÃO" da Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Castanheira de Pera, que se transcreve na íntegra.

"TONADA DE POSSEÇÃO"

"Fevereiro de 2021 foi o mês que nos colocou à prova. Resistimos onze meses. Onze meses de muita angústia, de 'Coração sempre na mão', mas convictos que íamos conseguir e vencer mas, este vírus invisível, inesperado, que entrou silencioso, atacou-nos e fez-nos unir numa luta tão desigual, que travámos ao longo de trinta dias.

Nunca mais esqueceremos este mês e a forma como fomos confrontados com a informação que a totalidade dos Idosos da ERPS de S. José estavam positivos à COVID-19. Não queríamos acreditar mas, não era altura para lamentações nem fraquezas. Era hora de lutar, de derrotar esta doença que assolou a nossa Instituição e vencer-la.

Os nossos Idosos foram uns heróis! Num universo de 43 infetados tivemos alguns assintomáticos, outros com pequenos sintomas, outros com mais complicações e 7 idosos que tiveram que ser hospitalizados. Destes, 3 vieram a falecer e é com profunda mágoa e dor que lamentamos as suas mortes. Foram perdas irreparáveis.

e que este maldito vírus nos levou.

As suas famílias expressamos as mais sinceras Condolências e associamo-nos na sua dor e saudades.

Vivemos momentos angustiantes e situações graves e apressadas mas com o empenho, dedicação e zelo de todos, conseguimos ultrapassar esses momentos, mantendo a lamentável perda dos nossos utentes Sr. Miguel Santos Bento, Sr. Atípio Rodrigues Costa e D. Ilda Henriques Lopes.

A todos os que conosco colaboraram, a todos os que nos ajudaram, a todos os que nos apoiaram com palavras reconfortantes, de compreensão e de força, a todos muito obrigados.

Aos colaboradores queremos expressar a gratidão e profundo reconhecimento pelo profissionalismo e espírito de missão demonstrado, a todos, que não se escusaram de prejudicarem as suas vidas pessoais e familiares em prol desta luta desigual, assegurando o monótono funcionamento da Instituição e Bem-estar dos idosos, a todos mais reconhecido agradecimento.

Também uma palavra para os colaboradores que já tiveram que travar a luta contra esta doença e que a conseguiram vencer, em algumas situações com maior sofrimento, mas grande resiliência e capacidade de superação.

As famílias agradecemos humildemente a compreensão e a força que nos deram para não desanimarmos e termos ânimo para lutar e cumprir o apoio e cuidados aqueles que mais precisavam de nós. Estamos muito agradecidos, garantindo que tudo continuaremos a fazer para que sejam assegurados os melhores cuidados aos vossos familiares.

Todos estes nossos agradecimentos são extensivos às diversas entidades e organismos que conosco colaboraram e continuam a colaborar, nomeadamente à Câmara Municipal, União de Freguesia de Castanheira de Pera e Coentros, Segurança Social, Proteção Civil, Serviço Nacional de Saúde, etc.

A Todos, sem exceção, o nosso mais humilde reconhecimento e gratidão.

19 de março de 2021

A Comissão Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Portalegre de Pena.

Vitor Manuel Henriques Silva

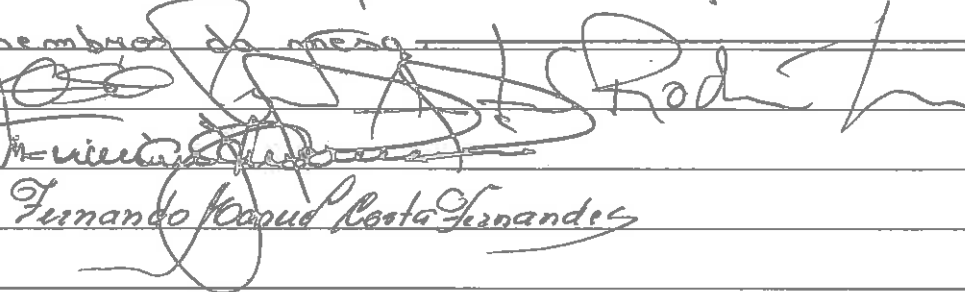
João Pedro Faria Pegado

Maria Fatima Eugênia Rosa

Fernando Manuel Costa Gomes

Carlos José Teixeira Correia

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão da qual se lavrou a presente ata e foi assinada pelos membros da mesa.


Fernando Manuel Costa Gomes